

ULISSES VIEIRA MOREIRA PEIXOTO

Advogado. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Autor de diversas obras da área jurídica.





Família, Alimentos e Guarda Compartilhada

De acordo com o NOVO CPC

Lei nº 13.436 de 12 de abril de 2017

Lei nº 13.505 de 8 de novembro de 2017

Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017

Lei nº 13.532 de 7 de dezembro de 2017





© EDITORA CRONUS - 2018

Revisão:

Ulisses Vieira Moreira Peixoto

Produção Gráfica:

IDÉE . Arte e Comunicação

DADOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

347.6 PEIXOTO, Ulisses Vieira Moreira.
 P431t Família, Alimentos e Guarda Compartilhada / Ulisses Vieira Moreira Peixoto.
 Leme: Editora Cronus, 2018.
 490p. – 23cm
 Inclui índice remissivo.
 1. Direito do família. 2. Família – Direito. I. Título.

ISBN 978-85-61544-51-5

CDU 347.6

ÍNDICE PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Direito do família	34:331
Família – Direito	34:331

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, a violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA CRONUS

Rua Dr. Armando Salles Oliveira, n. 1464 – Centro

Leme/SP

CEP: 13610-220

(19) 3573-0432

www.editoracronus.com.br

contato@editoracronus.com.br

119809

Sumário

PARTE 1 FAMÍLIA

CAPÍTULO 1 – Família	17
1. Casamento	17
2. Capacidade para o casamento (<i>Mudança e/ou Inovação: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015</i>).....	20
3. Impedimentos	24
4. Causas suspensivas	29
5. Processo de habilitação para o casamento	35
6. Celebração do casamento	36
7. Provas do casamento.....	38
8. Invalidade do casamento (<i>Mudança e/ou Inovação: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015</i>)	39
9. Eficácia do casamento	42
10. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.....	45
10.1. Situação de violência doméstica e familiar. Lei nº 13.505 de 8 de novembro de 2017	54
11. Pedido de tutela de urgência	56
12. Declaração para fins de suposto pai	58
13. Ação de divórcio consensual (<i>Art. 226, § 6º da Constituição da República</i>)	58
14. Ação de divórcio litigioso (<i>Art. 1.571, inciso IV do Código Civil</i>).....	63
15. <i>Habeas corpus</i> com pedido de liminar (<i>Fumus boni iuris</i> e o <i>periculum in mora</i>)	69
16. Ação de medida cautelar de separação de corpos (<i>Art. 1.562 do Código Civil</i>)	75
17. Relações de parentesco	79
18. Filiação	83

19. Ação negatória de paternidade (<i>Induzimento em erro</i>)	87
20. Recurso de apelação (<i>Ação negatória de paternidade</i>)	93
21. Razões de recurso de apelação (<i>Ação negatória de paternidade</i>)	94
22. Reconhecimento dos filhos.....	98
23. Ação de investigação de paternidade cumulada com anulação de registro de nascimento.....	104
24. Adoção	109
24.1. Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017	110
25. Requerimento para a adoção de crianças (<i>Art. 50 e seus parágrafos do ECA</i>).....	120
26. Ação de adoção cumulada com destituição do poder familiar (<i>ECA</i>)	121
27. Poder familiar.....	126
28. Exercício do poder familiar	129
29. Suspensão e extinção do poder familiar.....	131
29.1. Arts. 19-A, § 4º, 101, § 10, 157, § 1º, 161, § 1º, da Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.....	133
30. Ação de suspensão do poder familiar (<i>Conselho Tutelar</i>).....	134
31. Ação de destituição do poder familiar (<i>Ministério Público</i>)	139
32. Regime de bens entre os cônjuges.....	143
33. Pacto antenupcial.....	151
34. Escritura pública de pacto antenupcial (<i>Regime de comunhão universal</i>)	153
35. Escritura pública de pacto antenupcial (<i>Regime de separação de bens</i>)...	155
36. Regime de comunhão parcial.....	157
37. Regime de comunhão universal	161
38. Regime de participação final nos aquestos	165
39. Regime de separação de bens	172
40. Usufruto e da administração dos bens de filhos menores.....	173
41. Ação de usufruto de bem imóvel (<i>Receber crédito</i>)	175
42. Bem de família.....	178
43. Escritura de instituição do “Bem de família”	186
44. União estável.....	188
44.1. União estável homoafetiva.....	192
44.2. Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013 – CNJ	194
45. Ação de reconhecimento de união estável (<i>Art. 226, § 3º da Constituição da República</i>)	196
46. Ação declaratória de união estável homoafetiva (<i>STF, no julgamento da ADI n. 4277 e da ADPF n. 132, em 05.05.2011</i>)	202

47. Ação de reconhecimento de união estável (<i>Art. 1.723, caput, do Código Civil</i>)	207
48. Recurso de apelação (<i>Ação declaratória de união estável homoafetiva</i>).....	213
49. Razões de recurso de apelação (<i>Ação declaratória de união estável homoafetiva</i>)	214
50. Tutela.....	217
50.1. Tutores	217
50.2. Incapazes de exercer a tutela	221
50.3. Escusa dos tutores	221
50.4. Exercício da tutela	222
50.5. Bens do tutelado	225
50.6. Prestação de contas	225
50.7. Cessação da tutela	227
51. Pedido de nomeação de tutor (<i>Art. 1.728 do Código Civil</i>).....	228
52. Curatela (<i>Mudança e/ou Inova��o: Lei n�� 13.146, de 6 de julho de 2015</i>)....	231
52.1. Interditos (<i>Mudança e/ou Inova��o: Lei n�� 13.146, de 6 de julho de 2015</i>)	232
52.2. Curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física.....	234
52.3. Da tomada de decisão apoiada (<i>Incluído pela Lei n�� 13.146, de 2015</i>)	235
52.4. Exercício da curatela	236
52.5. Curatela e tutela no Código de Processo Civil.....	237
53. A��o de curatela (<i>Art. 1.767 do Código Civil</i>)	238
54. A��o de remo��o de curador (<i>Art. 1.764, inciso III do Código Civil</i>).....	242
55. A��o de substitui��o de curador (<i>Art. 1.767 do Código Civil</i>).....	247
56. Recurso de apela��o (<i>A��o de substitui��o de curador</i>)	251
57. Razões de recurso de apela��o (<i>A��o de substitui��o de curador</i>).....	252

PARTE 2

ALIMENTOS

CAPÍTULO 1 – Execu��o de alimentos no Código de Processo Civil de 2015	259
1. Execu��o de alimentos	259
2. Execu��o de alimentos fundada em título executivo extrajudicial....	260
3. Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado	261

4. Execução por expropriação	262
5. Cumprimento de decisão que condena ao pagamento de alimentos ...	263
6. Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado	265
7. Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação	266
8. Alimentos definitivos e provisórios	266
9. Abandono material	267
10. Natureza da constituição de capital	267
11. Procuração "ad judicium"	271
12. Petição relatando mudança de endereço	272
13. <i>Habeas corpus</i> preventivo com pedido de liminar (Modelo 01)	273
14. <i>Habeas corpus</i> (Modelo 02)	278
15. <i>Habeas corpus</i> (Modelo 03)	282
16. Recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de guarda/modificação c/c alimentos</i>)	288
17. Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de guarda/modificação c/c alimentos</i>)	289
18. Recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de alimentos</i>)	292
19. Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Ação de alimentos</i>)...	293
20. Recurso de agravo de instrumento (<i>Execução de prestação alimentícia</i>)	300
21. Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Execução de prestação alimentícia</i>)	300
22. Recurso de apelação (<i>Execução de alimentos</i>)	305
23. Razões de recurso de apelação (<i>Execução de alimentos</i>)	306
24. Recurso de apelação (<i>Nulidade do feito</i>)	309
25. Razões de recurso de apelação (<i>Nulidade do feito</i>)	310
26. Recurso especial (<i>Maioridade</i>)	314
27. Razões do recurso especial (<i>Maioridade</i>)	315
CAPÍTULO 2 - Alimentos no Código Civil	319
1. Conceito	319
2. Binômio	319
3. Igualdade de direitos	321
4. Alimentos naturais e alimentos civis	321
5. Obrigação alimentar	321
6. Responsabilidade complementar	322
7. Mudança na situação financeira	323

8. Herdeiros	325
8.1. Promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário. Lei nº 13.532 de 7 de dezembro de 2017	326
9. Cumprimento da obrigação	327
10. Princípio da isonomia	328
11. Filho havido fora do casamento	329
12. Renunciar	329
13. Perda do direito a alimentos	331
14. Sentença de divórcio	332
15. Alimentos de que necessitem	333
16. Necessidade do alimentando	337
17. Reciprocidade de alimentos entre pais e filhos necessitados	337
18. Descendente como devedor de alimentos	339
19. Impossibilidade econômica do devedor de alimentos	340
20. Mutabilidade do “quantum” da pensão alimentícia	341
21. Transmissibilidade do dever de prestar alimentos	342
22. Modos de satisfação da obrigação alimentar	344
23. Alimentos na separação judicial litigiosa	345
24. Responsabilidade pela manutenção da prole em caso de separação judicial dos genitores	346
25. Prestação de pensão alimentícia pelo ex-cônjuge considerado inerte na separação judicial	347
26. Direito de filho não reconhecido de pleitear alimentos	348
27. Arbitramento dos alimentos provisionais	348
28. Alimentos com direito irrenunciável	349
29. Cessação do dever de prestar alimentos	350
30. Novo casamento do devedor de alimentos	351
31. Atualização da prestação alimentícia	352
32. Garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. Lei nº 13.436, de 12 de abril de 2017	352
33. Ação de guarda/modificação c/c alimentos	353
34. Ação de alimentos (<i>Neto contra o avô</i>)	358
35. Ação de alimentos (<i>Pai contra o filho maior</i>)	361
36. Acordo de pensão alimentícia (<i>Homologação</i>)	363
37. Pedido de desarquivamento de autos de pensão alimentícia	365
38. Ação revisional de alimentos (<i>Redução - Modelo 01</i>)	366
39. Ação revisional de alimentos (<i>Redução - Modelo 02</i>)	368
40. Ação revisional de alimentos (<i>Redução - Modelo 03</i>)	372

41. Ação revisional de alimentos (<i>Majoração</i>)	376
42. Recurso de agravo de instrumento (<i>Ação revisional de alimentos</i>)....	381
43. Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Ação revisional de alimentos</i>)	382
44. Recurso de agravo de instrumento (<i>Constituição de nova família</i>)....	385
45. Razões de recurso de agravo de instrumento (<i>Constituição de nova família</i>)	386
46. Recurso de apelação (<i>Extinguir a verba alimentar</i>)	389
47. Razões de recurso de apelação (<i>Extinguir a verba alimentar</i>).....	390
48. Recurso de apelação (<i>Ação revisional de alimentos</i>)	396
49. Razões de recurso de apelação (<i>Ação revisional de alimentos</i>).....	397
 CAPÍTULO 3 – Alimentos na Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968 (<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências</i>).....	401
1. Rito; distribuição; custas e benefício da gratuidade	401
2. Qualificação do credor	402
3. Pedido.....	403
4. Audiência e citação.....	405
5. Sentença	408
6. Providências necessárias	408
7. Íntegra da lei em debate.....	409
8. Ação de oferta de alimentos (<i>Cônjuge varão oferta alimentos a cônjuge virago</i>).....	415
9. Ação de alimentos (<i>Oferecimento de alimentos</i>)	417
10. Ação de alimentos (<i>Cônjuge varão abandona o lar</i>).....	419
11. Ação de alimentos (<i>Filho maior cursando curso superior</i>)	421
12. Ação de alimentos (<i>Filho contra o pai</i>).....	423

PARTE 3

GUARDA COMPARTILHADA

CAPÍTULO 1 – Da Guarda Compartilhada	429
1. Proteção da pessoa dos filhos	429
2. Possibilidades de não decretação da guarda compartilhada.....	440
3. Princípio do melhor interesse do menor.....	445
4. Vejamos na íntegra a Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014	456
5. Arts. 19-A, § 4º, § 7º, Art. 197-E, § 5º, da Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017	459

6. Instrumento particular de acordo de guarda compartilhada	460
7. Ação de guarda de menor (<i>Disputa entre os genitores</i>)	462
8. Ação de guarda de menor (<i>Art. 1.583, caput, do Código Civil</i>).....	467
9. Recurso de apelação (<i>Disputa entre os genitores</i>).....	472
10. Razões de recurso de apelação (<i>Disputa entre os genitores</i>)	473
Bibliografia	479